

Aula 03

*Unioeste (Contador) Contabilidade
Pública - 2023 (Pós-Edital)*

Autor:
Gilmar Possati

15 de Junho de 2023

MCASP: PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (I)

Sumário

1 – Composição do patrimônio público	2
1.1. Patrimônio Público	2
1.1.1. Ativo.....	2
1.1.2. Reconhecimento do Ativo	4
1.1.3. Ativo Circulante e Não Circulante	5
1.1.4. Ativo Financeiro e Permanente (Não Financeiro)	5
1.1.5. Passivo	6
1.1.6. Reconhecimento do Passivo.....	7
1.1.7. Passivo Circulante e Passivo não Circulante	7
1.1.8. Passivo Financeiro e Passivo Permanente	8
1.1.9. Situação Patrimonial Líquida (Patrimônio Líquido).....	8
2. Variações Patrimoniais	10
2.1 Classificação das Variações Patrimoniais.....	10
2.2 Reconhecimento das Variações Patrimoniais	11
2.3 Resultado Patrimonial	14
3. Questões Comentadas	15
4. Lista das Questões	30
5. Resumo	36
6. Gabarito.....	39



1 – COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

1.1. Patrimônio Público

Já estudamos o conceito de patrimônio público. Vamos revisar?

Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Agora chegou a hora de estudar a estruturação do patrimônio público, ou seja, estudar os seus grupos: ativo, passivo e patrimônio líquido.

Para tanto, devemos ter o entendimento inicial de que os **bens e direitos** representam o **ativo** da empresa, ou seja, os elementos **positivos** do patrimônio, e as **obrigações**, por sua vez, o **passivo**, ou seja, os elementos **negativos** do patrimônio. O patrimônio público é estruturado em três grupos:

Ativo: é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Passivo: é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Patrimônio Líquido: é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus **passivos**.

Vamos estudar esses conceitos detalhadamente, pois são importantíssimos.

1.1.1. Ativo

Segundo a NBC TSP Estrutura Conceitual,

ATIVO é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Recurso é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar **benefícios econômicos**.

Destaca-se que **a forma física não é uma condição necessária para um recurso**.

Essa definição possui três características que são fundamentais para que um item seja considerado como ativo: **gerar benefício econômico futuro ou potencial de serviços, ser controlado pela entidade e ser resultante de um evento ocorrido no passado**. Portanto, algo só pode ser considerado ativo quando cumprir as três condições em conjunto. Sendo assim, passemos à análise de cada um dos elementos que compõem a definição de ativo.

FUTURO BENEFÍCIO ECONÔMICO: o futuro benefício econômico é a essência de um ativo e refere-se ao **potencial de contribuição, seja direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalente de caixa da entidade**. Este benefício pode ser sob a forma de algo que será convertido em caixa ou que pode reduzir as saídas de caixa. Assim, os ativos podem dar origem a benefício econômico quando são:

- usados na produção de estoques ou serviços vendidos pela entidade (empresas estatais);
- trocados por outros ativos;



- usados para reduzir um passivo.

Imagine que uma empresa estatal tenha uma duplicata a receber resultante de uma venda a prazo. Caso o cliente esteja falido, essa duplicata é somente um papel sem possibilidade de obter benefício econômico futuro. Portanto, nesse caso, essa duplicata não é um ativo.

Outro exemplo seria o caso de uma máquina sem nenhuma perspectiva de uso por parte da entidade e sem possibilidade de ter um comprador. Perceba que, nesse caso, essa máquina não pode ser considerada como um ativo, pois não há possibilidade de obter benefício econômico futuro.

Portanto, caro estudante, perceba que **a condição de algo ser “bens e direitos” não garante, por si só, que seja um ativo.** Os exemplos acima mostram situações em que existe um bem e o mesmo não pode ser considerado um ativo.

POTENCIAL DE SERVIÇOS: não podemos esquecer que, **diferentemente da Contabilidade Geral**, no conceito presente na Estrutura Conceitual há a figura do **potencial de serviços**. Veja que o termo “recurso” usado no conceito é um item com potencial de serviços **OU** com a capacidade de gerar benefícios econômicos.

Em uma análise preliminar poderíamos afirmar que mesmo não havendo benefício econômico futuro, presentes as demais características poderíamos considerar determinado bem/direito como um ativo desde que resulte em potencial de serviços, não é mesmo?

Ocorre que esse conceito deve ser interpretado juntamente com os critérios de reconhecimento que estudaremos na sequência. Um dos critérios é justamente a geração de benefícios econômicos futuros. Logo, para ser considerado como ativo o bem/direito deve sim gerar benefício econômico futuro.

O potencial de serviços é a capacidade de prestar serviços que contribuam para alcançar os objetivos da entidade. O potencial de serviços possibilita a entidade alcançar os seus objetivos sem, necessariamente, gerar entrada líquida de caixa.

O potencial de serviços ou a capacidade de gerar benefícios econômicos podem surgir diretamente do próprio recurso ou dos direitos de sua utilização.

CONTROLE PELA ENTIDADE: segundo a EC, a entidade deve ter o controle do recurso. O **controle do recurso** envolve a **capacidade da entidade em utilizar o recurso (ou controlar terceiros na sua utilização)** de modo que haja a geração do potencial de serviços ou dos benefícios econômicos originados do recurso para o cumprimento dos seus objetivos de prestação de serviços, entre outros.

O controle pela entidade refere-se ao fato de que o benefício futuro deve ser controlado por uma entidade em particular. Perceba que a definição não utiliza o termo propriedade, desvinculando a parte legal da econômica. Trata-se da **essência sobre a forma**. O exemplo clássico citado pela doutrina é o **arrendamento financeiro**, em que os bens pertencem ao arrendador, porém ficam sob controle do arrendatário, além de todos os riscos e benefícios decorrentes, devendo, portanto, serem contabilizados como ativo pelo arrendatário.

Segundo a Estrutura Conceitual,

A propriedade legal do recurso, tal como terreno ou equipamento, é um dos métodos para se verificar o potencial de serviços ou os benefícios econômicos de um ativo. No entanto, **os direitos ao potencial de serviços ou à capacidade de gerar benefícios econômicos podem existir sem que se verifique a propriedade legal do recurso.** Por exemplo, os direitos ao potencial de serviços ou à capacidade de gerar benefícios econômicos por meio da manutenção e utilização de item patrimonial arrendado são verificados sem que haja a propriedade legal do próprio item arrendado.



Portanto, a propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo. No entanto, a propriedade legal é um indicador de controle.

Nos termos da Norma, para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes **indicadores de controle**:

- **propriedade legal**;
- **acesso ao recurso** ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses;
- **meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos**; ou
- a **existência de direito** legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso.

A Norma destaca que **embora esses indicadores não sejam determinantes conclusivos acerca da existência do controle**, sua identificação e análise podem subsidiar essa decisão.

RESULTADO DE EVENTOS PASSADOS: o ativo é resultado de um evento já ocorrido. A presença desse termo evita a inclusão dos denominados ativos contingentes como ativo da entidade. Imagine um imóvel que a entidade ainda não adquiriu. Nesse caso, esse recurso ainda não pode ser considerado um ativo, haja vista que ainda não ocorreu a compra do imóvel, mesmo que já esteja aprovado no orçamento.

Nos termos da Estrutura Conceitual, **a definição de ativo exige que o recurso controlado pela entidade no presente tenha surgido de transação ou outro evento passado**. Podem existir diversas transações passadas ou outros eventos que resultem no ganho do controle do recurso pela entidade e, por conseguinte, o characterize como ativo. As entidades podem obter ativos por intermédio da sua **compra em transação com contraprestação**, bem como pelo seu **desenvolvimento**. Os ativos também podem surgir de **transações sem contraprestação**, inclusive por meio do exercício dos direitos soberanos. O poder de tributar ou emitir licenças, acessar, restringir ou negar acesso aos benefícios oriundos de recursos intangíveis como, por exemplo, o espectro eletromagnético (bandas de frequência de transmissões de telecomunicações), são exemplos dos poderes específicos do setor público e dos direitos que podem dar origem a ativos. Ao se avaliar o surgimento do direito de controle de recursos, os seguintes eventos devem ser considerados: (a) a capacidade geral para exercer o poder; (b) a constituição de poder por meio de lei, estatuto ou instrumento congênere; (c) o exercício do poder de criar um direito; e (d) o evento que dá origem ao direito de receber recursos de terceiros. O ativo surge quando o poder for exercido e os direitos de receber recursos existirem.

1.1.2. Reconhecimento do Ativo

Um ativo deve ser reconhecido no patrimônio público quando:

- for provável que **benefícios futuros** dele provenientes fluirão para a entidade; e
- seu **custo** ou valor puder ser **determinado em bases confiáveis**.

Também são reconhecidos no ativo os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro.

São exemplos destes depósitos as cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos.

O reconhecimento dessas entradas compensatórias como ativo também é uma diferença da CASP em relação à Contabilidade Geral.



(Osasco) Pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, um ativo só pode ser reconhecido no balanço patrimonial quando:

- a) for adquirido de outra pessoa jurídica ou física com negócios no país sede da empresa adquirente;
- b) houver a transferência da posse e seu valor seja calculável com o máximo de confiabilidade possível;
- c) houver um documento fiscal relacionado à arrecadação de tributos do Estado;
- d) for provável que gere caixa e seu custo seja mensurável;
- e) a transação envolver duas partes independentes com o mesmo conhecimento sobre a negociação.

Comentários

Nos termos do MCASP, um ativo deve ser reconhecido no patrimônio público quando:

for provável que **benefícios futuros** dele provenientes **fluirão** para a entidade; e
seu **custo** ou valor puder ser **determinado em bases confiáveis**.

Gabarito: D

1.1.3. Ativo Circulante e Não Circulante

Segundo o MCASP, os ativos devem ser classificados como **circulante** quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a. estiverem **disponíveis para realização imediata**; e
- b. tiverem a **expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações** contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

A classificação em ativo circulante ou não circulante leva em consideração o atributo da **conversibilidade**.

Conversibilidade é a qualidade do que pode ser conversível, ou seja, característica de transformação de bens e direitos em moeda.

Assim, por exemplo, o saldo disponível em uma conta bancária possui alta conversibilidade, pois basta ir a um caixa eletrônico e sacar o valor para ele se tornar moeda, não é mesmo?

Agora, veja a diferença de um veículo, por exemplo. Para transformar em moeda você tem que efetuar um negócio que pode demorar dias até se transformar em moeda. Nesse caso, a conversibilidade de um veículo é bem menor do que o saldo em uma conta bancária.

1.1.4. Ativo Financeiro e Permanente (Não Financeiro)

Segundo o MCASP, os conceitos de ativos financeiros e permanentes guardam relação com aspectos legais definidos na Lei n. 4.320/64. Veja que são conceitos diferentes do que prescrevem as normas contábeis. Nos termos do art. 105 da Lei n. 4.320/64,

§1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.



1.1.5. Passivo

Segundo a Estrutura Conceitual,

PASSIVO é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Assim como no ativo, a definição pode ser dividida em três elementos fundamentais: é uma **obrigação presente da entidade, resulta de eventos passados e a extinção deve resultar na saída de recursos da entidade**. Portanto, algo só pode ser considerado passivo quando cumprir as três condições em conjunto. Passemos à análise de cada um dos elementos que compõem a definição de passivo.

OBRIGAÇÃO PRESENTE: obrigação presente é uma **obrigação que ocorre por força de lei** (obrigação legal ou obrigação legalmente vinculada) **ou uma obrigação que não ocorre por força de lei** (obrigação não legalmente vinculada), **as quais não possam ser evitadas pela entidade**.

Imagine a situação de um passivo em que a entidade já quitou a dívida. Nesse caso, isso não pode contar no balanço como um passivo, haja vista que não representa uma obrigação atual.

O MCASP destaca que uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou fazer de uma certa maneira. As obrigações podem ser legalmente exigíveis em consequência de um contrato ou de requisitos estatutários. Esse é normalmente o caso, por exemplo, das contas a pagar por mercadorias e serviços recebidos.

RESULTADO DE EVENTOS PASSADOS: Imagine a seguinte hipótese. Uma empresa necessitando de recursos vai até uma instituição financeira para obter um empréstimo. Para tanto, efetua seu cadastro, preenche os formulários necessários e tem seu cadastro aprovado. Apesar de todos os trâmites terem sido cumpridos, além do desejo de os administradores captarem o empréstimo, esse ainda não foi assinado, inexistindo um evento passado, no caso a assinatura do contrato. Assim, nessa situação, não podemos classificar esse fato como passivo.

Segundo a Estrutura Conceitual,

Para satisfazer a definição de passivo, é necessário que a obrigação presente surja como resultado de transação ou de outro evento passado e necessite da saída de recursos da entidade para ser extinta. A complexidade inerente ao setor público faz com que eventos diversos referentes ao desenvolvimento, implantação e execução de determinado programa ou atividade possam gerar obrigações. Para fins de elaboração e divulgação da informação contábil, é necessário determinar se tais compromissos e obrigações, inclusive aqueles que não possam ser evitados pela entidade, mas que não ocorrem por força de lei (obrigações não legalmente vinculadas), são obrigações presentes e satisfazem a definição de passivo. Quando a transação tem forma jurídica e é vinculada, tal como um contrato, o evento passado pode ser identificado de forma inequívoca. Em outros casos, pode ser mais difícil identificar o evento passado e é necessário fazer uma avaliação de quando a entidade tem pouca ou nenhuma alternativa realista de evitar a saída de recursos. Ao se fazer tal avaliação, fatores jurisdicionais devem ser levados em consideração pela entidade.

EXTINÇÃO DEVE RESULTAR NA SAÍDA DE RECURSOS DA ENTIDADE: nos termos da Estrutura Conceitual, **um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto**. Nesse sentido, a



Norma destaca que **a obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.**

Para os fins da Estrutura Conceitual, os termos “liquidado” ou “liquidação” não se confundem com os termos correspondentes utilizados na execução orçamentária, conforme legislação brasileira sobre orçamento.

O passivo pressupõe não ser possível evitar a obrigação. Destaca-se que o pagamento da obrigação pode ser realizado de diversas formas, por exemplo, pagamento em dinheiro, transferência de outros ativos, prestação de serviços, substituição de uma obrigação por outra, entre outras.

(DPU) Deve-se reconhecer um passivo caso haja uma obrigação futura da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação resultará na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Comentários

Uma das características que estudamos no conceito de passivo é que ele deve ser uma **obrigação presente** (e não futura conforme afirma o item).

Gabarito: Errado

1.1.6. Reconhecimento do Passivo

Segundo o MCASP, um passivo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando:

- for **provável** que uma **saída de recursos envolvendo benefícios econômicos** seja exigida em liquidação de uma obrigação presente; e
- o **valor** pelo qual essa liquidação se dará possa ser **determinado em bases confiáveis**.

Também são reconhecidos no passivo, pois se caracterizam como obrigações para com terceiros, os **depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro**. São exemplos destes depósitos as cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos.

Assim como destacamos no estudo do ativo, esse reconhecimento das entradas compensatórias é uma diferença existente entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Geral.

O MCASP destaca que, do ponto de vista patrimonial, as obrigações em que o fato gerador não tenha ocorrido (por exemplo, obrigações decorrentes de pedidos de compra de produtos e mercadorias, mas ainda não recebidos) não são geralmente reconhecidas como passivos nas demonstrações contábeis.

1.1.7. Passivo Circulante e Passivo não Circulante

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando:

- corresponderem a **valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis**;
- sejam **pagos durante o ciclo operacional** normal da entidade;
- sejam **mantidos** essencialmente para fins de **negociação**;
- corresponderem a **valores de terceiros ou retenções** em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.



Esse último requisito está relacionado aos depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro.

O ciclo operacional de uma entidade pública envolve desde o ingresso das receitas até os desembolsos relacionados com a ação pública. Em regra, envolve o período de um ano, afinal o orçamento é anual, não é mesmo?

Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

Destaca-se que a classificação em passivo circulante ou não circulante leva em consideração o atributo da **exigibilidade**.

Exigibilidade é a qualidade do que é exigível, ou seja, característica inerente às obrigações pelo **prazo de vencimento**.

Logo, uma conta a pagar com vencimento daqui a dois meses possui maior exigibilidade do que uma conta que vence daqui a 6 meses.

1.1.8. Passivo Financeiro e Passivo Permanente

Segundo o MCASP, a exemplo da conceituação de ativos financeiros e permanentes os conceitos de ativos financeiros e permanentes guardam relação com aspectos legais definidos na Lei n. 4.320/64. Veja que são conceitos diferentes do que prescrevem as normas contábeis.

Nos termos do art. 105 da Lei n. 4.320/64,

§3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

§4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

1.1.9. Situação Patrimonial Líquida (Patrimônio Líquido)

SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos* e a dedução de outras obrigações*, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante residual positivo ou negativo.

* **Outros Recursos e Outras Obrigações:** segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual, em alguns casos, ao se desenvolver ou revisar uma NBC TSP, pode-se determinar que, para alcançar os objetivos da informação contábil, o recurso ou a obrigação que não satisfaça a definição de elemento definido na Estrutura Conceitual precise ser reconhecido nas demonstrações contábeis. Nesses casos, as NBCs TSP podem exigir ou permitir que esses recursos ou obrigações sejam reconhecidos como **outros recursos ou outras obrigações**, os quais **são itens adicionais aos seis elementos definidos na Estrutura Conceitual**.

Perceba que essa definição mostra o patrimônio líquido em função de definições prévias estudadas anteriormente, de ativo e passivo. Sendo assim, podemos afirmar que se trata de uma **definição residual**.

Quando o valor do passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado **passivo a descoberto**.

Para fechar as três definições dos elementos patrimoniais, vale destacar mais um aspecto importante...

Segundo o MCASP, os **conceitos** de ativo e passivo identificam os seus aspectos essenciais, mas **não especificam os critérios para seu reconhecimento**. Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo,



passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua **essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal.**

Isso significa que não importa a forma legal, ou seja, o aspecto jurídico, mas sim a essência econômica. Assim, por exemplo, se a Lei determina que a depreciação de um veículo deve ser de 20% ao ano, mas a empresa usa pouco esse veículo no caso concreto, ela poderá, tendo em vista a essência econômica, determinar outra taxa de depreciação... 10 %, por exemplo. O que vale é a essência econômica, tendo em vista que a informação contábil deve ser a mais próxima da realidade possível.



ESSÊNCIA X FORMA

Para que a informação represente de forma adequada suas operações, transações e eventos, é necessário que tais fatos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal.

Um exemplo clássico citado pela doutrina, até por ser uma situação recorrente nas entidades em geral, é a realização de **contratos de leasing (arrendamento mercantil)** em que a verdadeira operação é um contrato de compra e venda. Como regra, temos que os bens registrados contabilmente na entidade são aqueles sob propriedade dessa entidade. Porém, no caso do *leasing* temos uma situação em que mesmo o ativo não sendo de propriedade da empresa, é ativado pelo arrendatário e os valores mensais são reconhecidos como um financiamento normal. Tal fato se dá porque é muito alta a probabilidade de a empresa adquirir o bem ao final do contrato. Sendo assim, esse **registro de reconhecimento do ativo pelo arrendatário considera a essência sobre a forma.**

Perceba que a adoção da essência sobre a forma visa fornecer informações mais próximas da realidade, de maneira que as demonstrações contábeis indiquem de maneira mais correta possível a verdadeira situação patrimonial e econômica da entidade.

(MPE-PI) A aplicação da orientação de prevalência da essência sobre a forma implica analisar se a natureza administrativa dos eventos a contabilizar está devidamente representada pelo instrumento formal.

Comentários

Conforme estudamos, para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. Assim, **a aplicação da orientação de prevalência da essência sobre a forma implica analisar a real natureza dos eventos a contabilizar (sua essência) independentemente do instrumento formal adotado.**

Gabarito: Errado



2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado.

As variações patrimoniais podem ser classificadas em:

a. **Quantitativas**: são aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

b. **Qualitativas**: são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Exemplos:

Aquisição de estoques a prazo

Na aquisição de estoques a prazo há uma permuta de um bem (mercadorias) por uma obrigação a pagar (fornecedores).

Aquisição de veículo por meio de financiamento

Na aquisição de veículo por meio de financiamento há uma permuta de um bem (veículo) por uma obrigação a pagar (financiamento).

As variações patrimoniais quantitativas subdividem-se em:

a. **Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)**: quando aumentam o patrimônio líquido (receita sob o enfoque patrimonial).

Aqui vale lembrar que as VPAs aumentam o PL enquanto que as VPDs diminuem o PL. Logo, todas as variações quantitativas envolvem o reconhecimento de uma VPA ou VPD.

Exemplo:

Lançamento de IPTU

No lançamento do IPTU (fato gerador da VPA) há o reconhecimento de uma VPA e, em contrapartida, o reconhecimento de um direito (Tributos a receber).

b. **Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)**: quando diminuem o patrimônio líquido (despesa sob o enfoque patrimonial).

Exemplo:

Apropriação da folha de pagamento

Na apropriação da folha de pagamento há o reconhecimento de uma VPD (VPD Pessoal) e, em contrapartida, o reconhecimento de uma obrigação (salários a pagar).

O MCASP destaca que existem variações que, simultaneamente, alteram a composição qualitativa e a expressão quantitativa dos elementos patrimoniais e são conhecidas como variações mistas ou compostas.

2.1 Classificação das Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais podem ser classificadas quanto à dependência orçamentária da seguinte forma:



VPA resultante da execução orçamentária: são receitas orçamentárias efetivas arrecadadas, de propriedade do ente, que resultam em aumento do patrimônio líquido.

Exemplo: Receita (VPA) de tributos.

VPA independente da execução orçamentária: são fatos que resultam em aumento do patrimônio líquido, que ocorrem independentemente da execução orçamentária.

Exemplo: incorporação de bens (doação recebida).

VPD resultante da execução orçamentária: são despesas orçamentárias efetivas, de propriedade do ente, que resultam em diminuição do patrimônio líquido.

Exemplo: despesa com serviço de terceiros.

VPD independente da execução orçamentária: são fatos que resultam em diminuição do patrimônio líquido, que ocorrem independentemente da execução orçamentária.

Exemplo: depreciação

2.2 Reconhecimento das Variações Patrimoniais

Considera-se realizada a **variação patrimonial aumentativa (VPA)**:

- a. nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados;
- b. quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
- c. pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;
- d. no recebimento efetivo de doações e subvenções.

Considera-se realizada a **variação patrimonial diminutiva (VPD)**:

- a. quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;
- b. diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
- c. pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

Segundo o MCASP, o reconhecimento da variação patrimonial pode ocorrer em três momentos: para a variação patrimonial aumentativa, antes, depois ou no momento da arrecadação da receita orçamentária e para a variação patrimonial diminutiva, antes, depois ou no momento da liquidação da despesa orçamentária. Vamos estudar os exemplos expostos pelo MCASP:

Exemplo 1 - Reconhecimento da VPA antes da ocorrência da arrecadação da receita orçamentária

Considere que o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) ocorre no dia 1º de janeiro de cada ano. Nesse caso, **o reconhecimento do direito e da VPA deve ser feito no momento do fato gerador e não no momento da arrecadação**, que ocorrerá futuramente.

Os lançamentos contábeis são os seguintes:

No momento do fato gerador (1º de janeiro)



Variação patrimonial quantitativa

D – Créditos Tributários a Receber
C – Impostos sobre o Patrimônio e Renda

No momento da arrecadação

Variação patrimonial qualitativa

D – Caixa
C – Créditos Tributários a Receber

Observe que no momento da arrecadação há troca de um direito por caixa, constituindo uma variação patrimonial qualitativa.

Exemplo 2 - Reconhecimento da VPA após a ocorrência da arrecadação da receita orçamentária

Considere o recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços. Nesse caso, a receita orçamentária é registrada antes da ocorrência do fato gerador, ou seja, a VPA ocorre em momento posterior à arrecadação da receita orçamentária. Há troca de um direito (entrada antecipada dos valores) por uma obrigação de prestar o serviço, constituindo uma variação patrimonial qualitativa.

Variação patrimonial qualitativa

D – Caixa
C – Variação Patrimonial Aumentativa Diferida (passivo = receita antecipada)

Quando o serviço for prestado, ocorrerá o fato gerador da variação patrimonial aumentativa, causando impacto no resultado da entidade pública:

Variação patrimonial quantitativa

D – Variação Patrimonial Aumentativa Diferida
C – Valor bruto de exploração de bens e direitos e prestação de serviços (VPA)

Exemplo 3 - Reconhecimento da VPA junto com a ocorrência da arrecadação da receita orçamentária

Quando ocorrer o recebimento de valores provenientes da venda de serviços concomitantemente com a prestação do serviço, a receita orçamentária é contabilizada junto com a ocorrência do fato gerador:

Variação patrimonial quantitativa

D – Caixa
C – Valor bruto de exploração de bens e direitos e prestação de serviços (VPA)

Exemplo 4 – Reconhecimento da VPD antes da ocorrência da liquidação da despesa orçamentária

O 13º salário, a ser pago no final do ano, deve ser reconhecido a cada mês trabalhado, ou seja, uma variação patrimonial diminutiva deve ser reconhecida mensalmente, mas o empenho, liquidação e pagamento da despesa orçamentária só acontecerá no mês do pagamento.

Variação patrimonial quantitativa



D – Remuneração a Pessoal Ativo Civil (VPD)
C – Pessoal a Pagar – 13º Salário

Na saída do recurso financeiro, temos o seguinte registro:

Variação Patrimonial qualitativa

D – Pessoal a Pagar – 13º Salário
C – Caixa

Exemplo 5 – Reconhecimento da VPD após a liquidação da despesa orçamentária

Quando há uma concessão de suprimento de fundos, a despesa orçamentária é empenhada, liquidada e paga no ato da concessão e só com a prestação de contas do suprido é que há o efetivo registro da variação patrimonial diminutiva.

No empenho não há registro de informação patrimonial.

Na liquidação:

D – Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros
C – Suprimento de Fundos a Pagar

Na saída do recurso financeiro:

D – Suprimento de Fundos a Pagar
C – Caixa e Equivalentes de Caixa

Na prestação de contas:

Variação patrimonial quantitativa

D – Variação Patrimonial Diminutiva
C – Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros

Exemplo 6 – Reconhecimento da VPD junto com a liquidação da despesa orçamentária

Quando ocorrer liquidação da despesa orçamentária concomitantemente com a prestação do serviço, a despesa orçamentária e o fato gerador da variação patrimonial diminutiva são contabilizados juntos:

Na liquidação e reconhecimento da variação patrimonial diminutiva:

Variação patrimonial quantitativa

D – Variação Patrimonial Diminutiva
C – Demais Obrigações a Curto Prazo

Na saída do recurso financeiro:

D – Demais Obrigações a Curto Prazo
C – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional



2.3 Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das VPAs e o valor total das VPDs de um dado período.

Caso o total das VPA sejam superiores ao total das VPD, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.



3. QUESTÕES COMENTADAS

1. (CESPE/SLU-DF/2019) A variação patrimonial diminutiva não pode ser reconhecida antes da liquidação da despesa orçamentária.

Comentários

A VPD pode ser reconhecida antes, no momento ou depois da liquidação.

Gabarito: Errado

2. (CESPE/SLU-DF/2019) As receitas e as despesas, sob o enfoque patrimonial, são denominadas, respectivamente, variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.

Comentários

Justamente! Trata-se de uma forma encontrada pela Secretaria do Tesouro Nacional para não confundir com as receitas e despesas orçamentárias. Assim, adotou-se essa nomenclatura para facilitar a diferença entre os aspectos orçamentário e patrimonial.

Gabarito: Certo

3. (CESPE/SLU-DF/2019) A propriedade legal do recurso é um indicador de controle de um ativo, mas não é a característica essencial desse ativo.

Comentários

Perfeito! Segundo a Estrutura Conceitual, para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes indicadores de controle:

- a. Propriedade legal;
- b. Acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses;
- c. Meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos; ou
- d. A existência de direito legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso.

A Norma destaca que, embora esses indicadores não sejam conclusivos acerca da existência do controle, sua identificação e análise podem subsidiar essa decisão. **A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, mas é um indicador de controle.**

Gabarito: Certo

4. (CESPE/TCM-BA/2018) Na demonstração das variações patrimoniais, o provisionamento de precatórios deverá ser registrado como variação quantitativa diminutiva.

Comentários

No provisionamento de precatórios efetuamos o seguinte registro:

D – VPD c/ Provisões

C – Precatórios a pagar



Logo, temos o reconhecimento da obrigação a pagar em contrapartida de uma VPD.

Gabarito: Certo

5. (CESPE/EBSERH/2018) A situação patrimonial líquida não se confunde com resultado patrimonial, uma vez que a primeira consiste na diferença entre ativos e passivos enquanto o segundo decorre do confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas do período.

Comentários

Perfeito! O patrimônio líquido (situação líquida) é a diferença entre ativos e passivos, evidenciado no balanço patrimonial. Já o resultado patrimonial é obtido pelo confronto entre VPAs e VPDs, evidenciado na demonstração das variações patrimoniais.

Gabarito: Certo

6. (CESPE/TRE-PE/2017) Os passivos decorrem de obrigações futuras derivadas de eventos presentes.

Comentários

Segundo Estrutura Conceitual, **PASSIVO** é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Gabarito: Errado

7. (CESPE/TRE-PE/2017) O patrimônio público é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Comentários

O patrimônio **líquido** é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Gabarito: Errado

8. (CESPE/TRE-PE/2017) Os passivos mantidos essencialmente para fins de negociação são classificados como não circulante.

Comentários

Os passivos mantidos essencialmente para fins de negociação são classificados como **circulante**.

Gabarito: Errado

9. (CESPE/TRE-PE/2017) A classificação dos elementos patrimoniais em circulante ou não circulante é feita com base nos atributos de confiabilidade e relevância desses elementos.

Comentários

A classificação dos elementos patrimoniais em circulante ou não circulante é feita com base nos atributos de conversibilidade (liquidez) e exigibilidade desses elementos.

Gabarito: Errado

10. (CESPE/TRE-PE/2017) Ativos são recursos dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços para a entidade.

Comentários



Segundo a Estrutura Conceitual do Setor Público,

ATIVO é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Nos termos da Estrutura Conceitual, **recurso** é um item com **potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos**.

Gabarito: E

11. (CESPE/TRE-PE/2017) No relacionamento entre os regimes orçamentário e contábil no âmbito da administração pública, as variações patrimoniais serão evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.

Comentários

A Contabilidade Pública deve evidenciar todos os atos e fatos contábeis que impactam ou possam vir a impactar o patrimônio público. Assim, obviamente que todas as variações patrimoniais serão evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.

Gabarito: Certo

12. (CESPE/SEDF/2017) O cancelamento de uma dívida passiva de entidade pública provoca uma variação patrimonial aumentativa.

Comentários

Uma dívida passiva representa uma obrigação e, portanto, um passivo da entidade pública. Nesse sentido, ao ser cancelada essa dívida sem qualquer outra contrapartida o patrimônio líquido irá aumentar. Logo, estamos diante de uma variação patrimonial aumentativa.

Gabarito: Certo

13. (CESPE/SEDF/2017) Entre as variações qualitativas do patrimônio público inclui-se a variação patrimonial considerada aumentativa.

Comentários

As variações qualitativas não alteram o patrimônio líquido. Já as variações quantitativas aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Assim, corrigindo o item, temos:

Entre as variações **qualitativas** **quantitativas** do patrimônio público inclui-se a variação patrimonial considerada aumentativa.

Gabarito: Errado

14. (CESPE/TRT8/2016) Recursos controlados são ativos dos quais a entidade detém o controle, os riscos e os benefícios decorrentes, mesmo sem ter o direito de propriedade.

Comentários

Conforme estudamos, o controle pela entidade refere-se ao fato de que o benefício futuro deve ser controlado por uma entidade em particular. Perceba que a definição não utiliza o termo propriedade, desvinculando a parte legal da econômica. Trata-se da essência sobre a forma. O exemplo clássico citado pela doutrina é o arrendamento financeiro, em que os bens pertencem ao arrendador, porém ficam sob controle do arrendatário, além de todos os riscos e benefícios decorrentes, devendo, portanto, serem contabilizados como ativo pelo arrendatário.



Segundo a Estrutura Conceitual, a entidade deve ter o controle do recurso. O **controle do recurso** envolve a **capacidade da entidade em utilizar o recurso (ou controlar terceiros na sua utilização)** de modo que haja a **geração do potencial de serviços ou dos benefícios econômicos originados do recurso para o cumprimento dos seus objetivos de prestação de serviços, entre outros.**

O item exigiu conhecimentos literais da então vigente NBC T 16.1 (atualmente revogada):

Recursos controlados: ativos em que a entidade mesmo sem ter o direito de propriedade detém o controle, os riscos e os benefícios deles decorrentes.

Gabarito: Certo

15. (CESPE/TCE-PR/2016) No quesito classificação das contas patrimoniais, as NBCASP determinam que, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade, serão classificadas no passivo não circulante as contas que correspondam a valores de terceiros ou retenções.

Comentários

Os passivos devem ser classificados como **circulantes** quando:

- corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis;
- sejam pagos durante o ciclo operacional normal da entidade;
- sejam mantidos essencialmente para fins de negociação.
- corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Esse último requisito está relacionado aos depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro que vimos anteriormente.

Gabarito: Errado

16. (CESPE/TCE-PR/2016) Conversibilidade e exigibilidade são os atributos adotados para classificar os elementos patrimoniais na segregação de ativos e passivos descritos como circulantes ou não circulantes.

Comentários

A classificação em ativo circulante ou não circulante leva em consideração o atributo da **conversibilidade**.

Conversibilidade é a qualidade do que pode ser conversível, ou seja, característica de transformação de bens e direitos em moeda.

Além disso, segundo a Norma, a classificação em passivo circulante ou não circulante leva em consideração o atributo da **exigibilidade**.

Exigibilidade é a qualidade do que é exigível, ou seja, característica inerente às obrigações pelo prazo de vencimento.

Gabarito: Certo

17. (CESPE/FUB/2015) Os atributos de continuidade e competência são a base para a separação dos elementos patrimoniais do setor público em circulante e não circulante.

Comentários



Conforme estudamos, os atributos de **conversibilidade** e **exigibilidade** são a base para a separação dos elementos patrimoniais do setor público em circulante e não circulante.

Gabarito: Errado

18. (CESPE/FUB/2015) Não compõem o patrimônio público os bens nele produzidos ou por ele recebidos em doação, ainda que esses bens representem um fluxo de benefícios futuros e sejam inerentes à prestação de seus serviços.

Comentários

Questão interessante para revisarmos o conceito de patrimônio que estudamos:

Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou **represente um fluxo de benefícios**, presente ou futuro, **inerente à prestação de serviços públicos** ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Logo, observa-se que os bens recebidos em doação devem sim compor o patrimônio público.

Gabarito: Errado

19. (CESPE/SUFRAMA/2014) Para compor o patrimônio público, os bens e direitos devem ser portadores ou representantes de um fluxo de benefícios presente ou futuro.

Comentários

Um dos requisitos para que os bens e direitos (ativos) sejam reconhecidos no patrimônio público é justamente a geração de benefícios econômicos presentes ou futuros.

Gabarito: Certo

20. (CESPE/TJ-SE/2014) Um bem ativo mantido ou utilizado por entidade do setor público, com potencial de geração de benefício futuro para a sociedade, pode pertencer a terceiros e, mesmo assim, ser registrado e integrar o patrimônio público.

Comentários

Conforme estudamos, ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. Veja que nesse conceito não há o termo propriedade, mas sim controle. Para fixar!

Controle pela entidade: refere-se ao fato de que o benefício futuro deve ser controlado por uma entidade em particular. Perceba que a definição não utiliza o termo propriedade, desvinculando a parte legal da econômica. Trata-se da essência sobre a forma. O exemplo clássico citado pela doutrina é o arrendamento financeiro, em que os bens pertencem ao arrendador, porém ficam sob controle do arrendatário, além de todos os riscos e benefícios decorrentes, devendo, portanto, serem contabilizados como ativo pelo arrendatário.

Logo, um bem pode pertencer a terceiros e, mesmo assim, ser registrado e integrar o patrimônio público. Para tanto, a entidade deve ter o controle sobre esse bem.

Gabarito: Certo



21. (CESPE/TCE-RO/2013) O patrimônio público compõe-se de ativo, passivo e saldo patrimonial, de modo que, no setor público, o saldo patrimonial não se diferencia do patrimônio líquido, considerado na contabilidade empresarial.

Comentários

De fato, o patrimônio público é composto por ativo, passivo e patrimônio líquido. Saldo patrimonial é um sinônimo para patrimônio líquido. O conceito é o mesmo empregado na contabilidade geral (empresarial). Vale ressaltar que a nova Estrutura Conceitual do Setor Público utiliza o termo “Situação Patrimonial Líquida”, a qual é reconhecida no balanço patrimonial como patrimônio líquido.

Gabarito: Certo

22. (CESPE/TCE-RO/2013) Um ativo deve ser reconhecido no patrimônio público quando for provável que dele sejam gerados benefícios futuros para a entidade, ainda que as variações patrimoniais decorrentes do seu uso nem sempre representam benefícios para a entidade.

Comentários

Nos termos do MCASP, um ativo deve ser reconhecido no patrimônio público quando:

- for provável que **benefícios futuros** dele provenientes **fluirão** para a entidade; e
- seu **custo** ou valor puder ser **determinado em bases confiáveis**.

Primeiro destaque que temos que dar para essa questão é o fato de que o incompleto não é errado. Veja que o item fala apenas em um dos requisitos descritos nas normas (a geração de benefícios futuros). O segundo ponto é quanto ao seguinte trecho: “... *ainda que as variações patrimoniais decorrentes do seu uso nem sempre representam benefícios para a entidade*”.

Nem sempre as variações patrimoniais decorrentes do uso de um ativo representarão benefícios econômicos. Um exemplo de variação patrimonial diminutiva que decorre do uso de um ativo é a depreciação, a qual estudaremos oportunamente em nosso curso.

Gabarito: Certo

23. (CESPE/ABIN/2010) Para a classificação dos elementos patrimoniais, é necessário considerar seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Comentários

A classificação em ativo circulante ou não circulante leva em consideração o atributo da **conversibilidade**. Conversibilidade é a qualidade do que pode ser conversível, ou seja, característica de transformação de bens e direitos em moeda.

Além disso, estudamos que a classificação em passivo circulante ou não circulante leva em consideração o atributo da **exigibilidade**.

Exigibilidade é a qualidade do que é exigível, ou seja, característica inerente às obrigações pelo prazo de vencimento.

Gabarito: Certo

24. (CESPE/FUB/2013) A propriedade é uma característica indispensável para que um elemento patrimonial com potencialidade de gerar benefícios econômicos futuros para uma entidade seja considerado um ativo pela contabilidade.



Comentários

Pessoal, temos que ter bem claro que ao determinar a existência do ativo, o direito de propriedade não é essencial. Assim, por exemplo, um imóvel objeto de arrendamento mercantil será um ativo, caso a entidade controle os benefícios econômicos que são esperados que fluam da propriedade.

Portanto, percebe-se que a propriedade não é uma característica indispensável para que um elemento patrimonial com potencialidade de gerar benefícios econômicos futuros para uma entidade seja considerado um ativo pela contabilidade.

Gabarito: Errado

25. (CESPE/SESA-ES/2011) Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, o contador deve considerar a essência, em detrimento da forma.

Comentários

Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal.

Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se ter atenção para a sua essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal.

Gabarito: Certo

26. (CESPE/MPE-PI/2012) A possibilidade de ocorrência de um evento futuro que afete negativamente o patrimônio de uma entidade deve ser registrado como um passivo dessa entidade.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual,

PASSIVO é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Portanto, a possibilidade de ocorrência de um evento futuro que afete negativamente o patrimônio de uma entidade não deve ser registrado como um passivo dessa entidade, pois não representa uma obrigação presente.

Gabarito: Errado

27. (CESPE/SESA-ES/2011) Se uma entidade pública tem uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, de cujo pagamento se espera que resulte saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, tal obrigação deve ser enquadrada como um passivo da entidade.

Comentários

Aplicação direta do conceito de passivo previsto na então NBC T 16.2 (atualmente revogada):

PASSIVOS são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Vale destacar que agora o conceito que devemos levar para a prova é o seguinte:



PASSIVO é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Na essência o “novo” conceito fala a mesma coisa e envolve as três características destacas (sublinhadas) acima.

Gabarito: Certo

28. (CESPE/STM/2010) Para se reconhecer um passivo na estrutura patrimonial de uma entidade pública, deve-se atender a requisitos específicos. Assim, um passivo será reconhecido quando for provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e quando o valor pelo qual essa liquidação ocorrerá puder ser determinado em bases confiáveis.

Comentários

Segundo o MCASP, um passivo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando:

- for provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente; e
- o valor pelo qual essa liquidação se dará possa ser determinado em bases confiáveis.

Também são reconhecidos no passivo, pois se caracterizam como obrigações para com terceiros, os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro. São exemplos destes depósitos as cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos.

Gabarito: Certo

29. (CESPE/STM/2010) Patrimônio líquido é o conjunto de recursos controlados e utilizados pela entidade, fruto de suas transações passadas e cujo objetivo é a geração de benefícios futuros.

Comentários

Essa é a definição de ativo e não do patrimônio líquido.

SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos* e a dedução de outras obrigações*, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial [balanço patrimonial] como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante residual positivo ou negativo.

Perceba que essa definição mostra o patrimônio líquido em função das definições de ativo e passivo. Sendo assim, podemos afirmar que se trata de uma **definição residual**.

Gabarito: Errado

30. (CESPE/TCE-RO/2013) Na contabilidade governamental, o ativo classifica-se em circulante e não circulante, o que não impede a aplicação do previsto na Lei n. 4.320/1964, que divide o ativo em financeiro e permanente, para a elaboração do balanço patrimonial.

Comentários

A Lei n. 4.320/64 segregou o ativo em financeiro e permanente. Segundo o seu art. 105,

§1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.



§2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Observe que o critério definido pela Lei 4.320/64 é orçamentário. Assim, o ativo é segregado em financeiro e permanente em função da dependência ou não de autorização orçamentária.

Já para fins patrimoniais, o MCASP classifica o ativo em circulante ou não circulante com base no seu atributo de conversibilidade.

Os ativos devem ser classificados como **circulante** quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a. estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b. tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Do exposto, percebe-se que o item está certo, pois ambas classificações são atualmente válidas e não excludentes.

Gabarito: Certo

31. (CESPE/ABIN2010) Os passivos devem ser classificados como circulantes quando, correspondendo a valores de terceiros ou retenções em nome deles, a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Comentários

Segundo o MCASP o passivo circulante compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

Gabarito: Certo

32. (CESPE/MPU/2015)

I concessão de suprimento de fundos, ainda pendente de prestação de contas;

II registro de provisões inerentes a compromissos de cunho atuarial;

III baixa de equipamento considerado inservível;

IV depreciação, no período, de bens móveis de uso.

Considerando que os eventos contábeis apresentados tenham sido registrados no âmbito da contabilidade do MPU durante o exercício de 2014, julgue o item que se segue.

O evento IV representa uma variação patrimonial qualitativa, mas não quantitativa: há redução do patrimônio líquido concomitante à inclusão da conta redutora no ativo.

Comentários

O registro da depreciação periódica dos bens móveis representa uma variação quantitativa diminutiva. Há o reconhecimento de uma variação patrimonial diminutiva e o registro de uma conta redutora do ativo. O lançamento contábil é o seguinte:



D – VPD – Depreciação

C – Depreciação Acumulada (-A)

Estudaremos o assunto “depreciação” oportunamente em nosso curso.

Gabarito: Errado

33. (CESPE/FUB/2015) Considere que as seguintes transações tenham sido registradas pela área de contabilidade da UnB, durante o exercício de 2014.

- I. Compra de um veículo à vista, com entrega imediata do bem.
- II. Pagamento de obrigações decorrentes de restos a pagar inscritos em 2013.
- III. Recebimento de depósitos de terceiros passíveis de devolução.
- IV. Recebimento de bem em doação.

Com base nas informações acima, julgue o próximo item.

Ao efetuar o registro do evento III, o resultado patrimonial da UnB não foi afetado, pois essa transação representou apenas uma variação patrimonial qualitativa.

Comentários

O recebimento de depósitos de terceiros passíveis de devolução é considerado um ingresso extraorçamentário os quais, em regra, não têm reflexos no patrimônio líquido da Entidade. Como esse tipo de ingresso possui a característica de exigibilidade (a entidade possui a obrigação de devolver o recurso) não há um aumento do patrimônio, ou seja, representam variações patrimoniais qualitativas.

Gabarito: Certo

34. (CESPE/FUB/2015) Considere que as seguintes transações tenham sido registradas pela área de contabilidade da UnB, durante o exercício de 2014.

- I. Compra de um veículo à vista, com entrega imediata do bem.
- II. Pagamento de obrigações decorrentes de restos a pagar inscritos em 2013.
- III. Recebimento de depósitos de terceiros passíveis de devolução.
- IV. Recebimento de bem em doação.

Com base nas informações acima, julgue o próximo item.

No evento II foi configurada uma variação patrimonial quantitativa diminutiva visto que, no momento do pagamento da obrigação, houve redução de valor na conta de caixa e equivalente de caixa da UnB.

Comentários

O pagamento de restos a pagar representa um dispêndio (despesa) extraorçamentário os quais, em regra, não afetam o patrimônio líquido.

Os restos a pagar inscritos são classificados no passivo circulante e no momento do pagamento há uma diminuição do caixa (ativo circulante) pela saída do recurso financeiro e a baixa do passivo circulante, a final o RP foi pago, deixando de existir a exigibilidade. Veja que esse fato é permutativo, sem impacto no PL. Logo, estamos diante de uma variação patrimonial qualitativa.

Gabarito: Errado



35. (CESPE/CGE-PI/2015) Suponha que as seguintes transações governamentais tenham sido registradas em uma entidade governamental durante determinado exercício financeiro já encerrado:

- aprovação da LOA no valor de R\$ 100.000,00, sendo 60% na categoria econômica corrente e 40% na categoria econômica de capital;
- lançamento, ao longo do referido exercício, de R\$ 50.000,00 de impostos, sendo arrecadados 80% desse valor;
- ingresso de depósitos de terceiros passíveis de devolução.

Considerando essas transações, julgue o item subsequente, relativo ao regime e ao tratamento contábil aplicável aos impostos.

No momento da arrecadação dos impostos, será registrada uma variação patrimonial aumentativa no valor de R\$ 40.000,00.

Comentários

As receitas segundo o enfoque patrimonial (variações patrimoniais aumentativas) decorrentes de tributos são reconhecidas no momento do lançamento. Assim, quando a receita for arrecadada não há impacto no patrimônio líquido, pois esse impacto já ocorreu no momento do lançamento.

Logo, no momento da arrecadação de impostos temos apenas uma variação patrimonial qualitativa.

Gabarito: Errado

36. (CESPE/CGE-PI/2015) Considere que as seguintes transações governamentais tenham sido contabilmente registradas no âmbito da CGE/PI durante o exercício financeiro de 2013:

- I recebimento de bem imóvel em doação;
- II baixa de máquinas e equipamentos considerados inservíveis;
- III pagamento de folha de pessoal empenhada e liquidada no mês anterior;
- IV compra de veículo zero quilômetro à vista, para uso nas atividades administrativas;
- V registro da depreciação mensal dos móveis e utensílios no ativo imobilizado.

A partir dos registros contábeis apresentados, julgue o próximo item, acerca das variações patrimoniais e das transações no setor público.

As transações I e II decorrem, respectivamente, de operações que aumentam e diminuem o patrimônio líquido da CGE/PI, por isso devem ser registradas como variações patrimoniais quantitativas.

Comentários

No recebimento de bem imóvel em doação há o registro do reconhecimento do ativo em contrapartida de uma VPA. O lançamento contábil é o seguinte:

D – Imóveis

C – Doação - Variação Patrimonial Aumentativa

O reconhecimento da VPA impacta positivamente o PL da entidade.



Na baixa de máquinas e equipamentos considerados inservíveis temos o registro de uma VPD em contrapartida da baixa do ativo (máquinas e equipamentos). O lançamento contábil é o seguinte:

D – Variação Patrimonial Diminutiva (bens inservíveis)

C – Máquinas e equipamentos

O reconhecimento da VPD impacta negativamente o PL da entidade.

Gabarito: Certo

37. (CESPE/CGE-PI/2015) Considere que as seguintes transações governamentais tenham sido contabilmente registradas no âmbito da CGE/PI durante o exercício financeiro de 2013:

I recebimento de bem imóvel em doação;

II baixa de máquinas e equipamentos considerados inservíveis;

III pagamento de folha de pessoal empenhada e liquidada no mês anterior;

IV compra de veículo zero quilômetro à vista, para uso nas atividades administrativas;

V registro da depreciação mensal dos móveis e utensílios no ativo imobilizado.

A partir dos registros contábeis apresentados, julgue o próximo item, acerca das variações patrimoniais e das transações no setor público.

A transação V deve ser registrada como uma variação patrimonial qualitativa, visto que ela representa uma variação independente da execução orçamentária.

Comentários

No registro da depreciação mensal dos móveis e utensílios no ativo imobilizado temos o reconhecimento de uma VPD e o registro da conta redutora do ativo. O lançamento contábil é o seguinte:

D – Depreciação (VPD)

C – Depreciação Acumulada (redutora de ativo)

O reconhecimento da VPD impacta negativamente o PL da entidade.

Gabarito: Errado

38. (CESPE/CGE-PI/2015) Considere que as seguintes transações governamentais tenham sido contabilmente registradas no âmbito da CGE/PI durante o exercício financeiro de 2013:

I recebimento de bem imóvel em doação;

II baixa de máquinas e equipamentos considerados inservíveis;

III pagamento de folha de pessoal empenhada e liquidada no mês anterior;

IV compra de veículo zero quilômetro à vista, para uso nas atividades administrativas;

V registro da depreciação mensal dos móveis e utensílios no ativo imobilizado.

A partir dos registros contábeis apresentados, julgue o próximo item, acerca das variações patrimoniais e das transações no setor público.



Mesmo modificando apenas a composição específica dos elementos patrimoniais, sem alterar a situação líquida patrimonial da CGE/PI, a transação IV deve ser registrada contabilmente como variação patrimonial.

Comentários

Na compra de um veículo à vista temos uma variação patrimonial qualitativa, pois não há impacto no PL. Trata-se de um fato permutativo em que há modificação apenas na composição específica dos elementos patrimoniais (trocamos caixa por veículo). O lançamento contábil desse fato é o seguinte:

D – Veículos

C – Caixa

Gabarito: Certo

39. (CESPE/CGE-PI/2015) Considere que as seguintes transações governamentais tenham sido contabilmente registradas no âmbito da CGE/PI durante o exercício financeiro de 2013:

- I recebimento de bem imóvel em doação;
- II baixa de máquinas e equipamentos considerados inservíveis;
- III pagamento de folha de pessoal empenhada e liquidada no mês anterior;
- IV compra de veículo zero quilômetro à vista, para uso nas atividades administrativas;
- V registro da depreciação mensal dos móveis e utensílios no ativo imobilizado.

A partir dos registros contábeis apresentados, julgue o próximo item, acerca das variações patrimoniais e das transações no setor público.

Na transação III, verifica-se que a situação líquida patrimonial será negativamente afetada, o que representa uma variação patrimonial diminutiva.

Comentários

No pagamento de folha de pessoal empenhada e liquidada no mês anterior não há impacto no PL. Trata-se de uma variação patrimonial qualitativa. A VPD surge no momento da liquidação e não no pagamento.

Gabarito: Errado

40. (CESPE/MPU/2015) Os seguintes eventos contábeis foram registrados no primeiro exercício financeiro encerrado de determinada entidade governamental.

- Previsão da receita orçamentária e fixação da despesa orçamentária, no valor de R\$ 160.000,00 cada;
 - Lançamento de impostos no valor de R\$ 100.000,00, sendo arrecadados 80% desse valor;
 - Recebimento de imóvel em doação no valor de R\$ 60.000,00;
 - Empenho e liquidação de despesas de pessoal no valor de R\$ 75.000,00, sendo R\$ 50.000,00 pagos no exercício e R\$ 25.000,00 inscritos em restos a pagar.
- A partir dessa situação, julgue o item a seguir relativo à estrutura e às instruções de preenchimento das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.



Como se trata de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa, o imóvel recebido em doação afeta positivamente a apuração do resultado patrimonial do exercício apresentado na demonstração das variações patrimoniais em R\$ 60.000,00.

Comentários

Mais uma questão em que é exigido o recebimento de imóvel em doação.

No recebimento de bem imóvel em doação há o registro do reconhecimento do ativo em contrapartida de uma VPA. O lançamento contábil é o seguinte:

D – Imóveis

C – Doação - Variação Patrimonial Aumentativa

O reconhecimento da VPA impacta positivamente o PL da entidade.

Gabarito: Certo

41. (CESPE/MPU/2015)

- I concessão de suprimento de fundos, ainda pendente de prestação de contas;
- II registro de provisões inerentes a compromissos de cunho atuarial;
- III baixa de equipamento considerado inservível;
- IV depreciação, no período, de bens móveis de uso.

Considerando que os eventos contábeis apresentados tenham sido registrados no âmbito da contabilidade do MPU durante o exercício de 2014, julgue o item que se segue.

O evento III, extraorçamentário, não deve ser registrado como variação patrimonial.

Comentários

Independentemente do fato ser orçamentário ou extraorçamentário há registro da variação patrimonial. Na baixa de equipamento considerado inservível temos o reconhecimento de uma variação patrimonial diminutiva (VPD) em contrapartida da baixa do equipamento. O lançamento contábil é o seguinte:

D – Variação Patrimonial Diminutiva – equipamentos inservíveis

C – Equipamentos

Gabarito: Errado

42. (CESPE/MPU/2015)

- I concessão de suprimento de fundos, ainda pendente de prestação de contas;
- II registro de provisões inerentes a compromissos de cunho atuarial;
- III baixa de equipamento considerado inservível;
- IV depreciação, no período, de bens móveis de uso.

Considerando que os eventos contábeis apresentados tenham sido registrados no âmbito da contabilidade do MPU durante o exercício de 2014, julgue o item que se segue.



Os eventos I e II devem ser registrados como variação patrimonial quantitativa diminutiva: ambos caracterizam despesas do MPU sob o enfoque patrimonial.

Comentários

A concessão de suprimentos de fundos, ainda pendente de prestação de contas, não impacta o patrimônio líquido. Trata-se de uma variação patrimonial qualitativa. A VPD surge no momento da prestação de contas.

D 3.x.x.x.x.xx.xx VPD

C 1.1.3.1.x.xx.xx Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros (P)

No registro de provisões inerentes a compromissos de cunho atuarial há o reconhecimento de uma VPD. O lançamento contábil é o seguinte:

D – VPD

C – Provisão

Logo, apenas o evento II deve ser registrado como variação patrimonial quantitativa diminutiva.

Gabarito: Errado

43. (CESPE/MPU/2015)

I concessão de suprimento de fundos, ainda pendente de prestação de contas;

II registro de provisões inerentes a compromissos de cunho atuarial;

III baixa de equipamento considerado inservível;

IV depreciação, no período, de bens móveis de uso.

Considerando que os eventos contábeis apresentados tenham sido registrados no âmbito da contabilidade do MPU durante o exercício de 2014, julgue o item que se segue.

O evento IV representa uma variação patrimonial qualitativa, mas não quantitativa: há redução do patrimônio líquido concomitante à inclusão da conta redutora no ativo.

Comentários

No registro da depreciação mensal (no período) dos bens móveis de uso temos o reconhecimento de uma VPD e o registro da conta redutora do ativo. O lançamento contábil é o seguinte:

D – Depreciação (VPD)

C – Depreciação Acumulada (redutora de ativo)

O reconhecimento da VPD impacta negativamente o PL da entidade. Trata-se, portanto, de uma variação patrimonial quantitativa diminutiva.

Gabarito: Errado



4. LISTA DAS QUESTÕES

- 1. (CESPE/SLU-DF/2019)** A variação patrimonial diminutiva não pode ser reconhecida antes da liquidação da despesa orçamentária.
- 2. (CESPE/SLU-DF/2019)** As receitas e as despesas, sob o enfoque patrimonial, são denominadas, respectivamente, variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.
- 3. (CESPE/SLU-DF/2019)** A propriedade legal do recurso é um indicador de controle de um ativo, mas não é a característica essencial desse ativo.
- 4. (CESPE/TCM-BA/2018)** Na demonstração das variações patrimoniais, o provisionamento de precatórios deverá ser registrado como variação quantitativa diminutiva.
- 5. (CESPE/EBSERH/2018)** A situação patrimonial líquida não se confunde com resultado patrimonial, uma vez que a primeira consiste na diferença entre ativos e passivos enquanto o segundo decorre do confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas do período.
- 6. (CESPE/TRE-PE/2017)** Os passivos decorrem de obrigações futuras derivadas de eventos presentes.
- 7. (CESPE/TRE-PE/2017)** O patrimônio público é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- 8. (CESPE/TRE-PE/2017)** Os passivos mantidos essencialmente para fins de negociação são classificados como não circulante.
- 9. (CESPE/TRE-PE/2017)** A classificação dos elementos patrimoniais em circulante ou não circulante é feita com base nos atributos de confiabilidade e relevância desses elementos.
- 10. (CESPE/TRE-PE/2017)** Ativos são recursos dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços para a entidade.
- 11. (CESPE/TRE-PE/2017)** No relacionamento entre os regimes orçamentário e contábil no âmbito da administração pública, as variações patrimoniais serão evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.
- 12. (CESPE/SEDF/2017)** O cancelamento de uma dívida passiva de entidade pública provoca uma variação patrimonial aumentativa.
- 13. (CESPE/SEDF/2017)** Entre as variações qualitativas do patrimônio público inclui-se a variação patrimonial considerada aumentativa.
- 14. (CESPE/TRT8/2016)** Recursos controlados são ativos dos quais a entidade detém o controle, os riscos e os benefícios decorrentes, mesmo sem ter o direito de propriedade.
- 15. (CESPE/TCE-PR/2016)** No quesito classificação das contas patrimoniais, as NBCASP determinam que, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade, serão classificadas no passivo não circulante as contas que correspondam a valores de terceiros ou retenções.
- 16. (CESPE/TCE-PR/2016)** Conversibilidade e exigibilidade são os atributos adotados para classificar os elementos patrimoniais na segregação de ativos e passivos descritos como circulantes ou não circulantes.



17. (CESPE/FUB/2015) Os atributos de continuidade e competência são a base para a separação dos elementos patrimoniais do setor público em circulante e não circulante.

18. (CESPE/FUB/2015) Não compõem o patrimônio público os bens nele produzidos ou por ele recebidos em doação, ainda que esses bens representem um fluxo de benefícios futuros e sejam inerentes à prestação de seus serviços.

19. (CESPE/SUFRAMA/2014) Para compor o patrimônio público, os bens e direitos devem ser portadores ou representantes de um fluxo de benefícios presente ou futuro.

20. (CESPE/TJ-SE/2014) Um bem ativo mantido ou utilizado por entidade do setor público, com potencial de geração de benefício futuro para a sociedade, pode pertencer a terceiros e, mesmo assim, ser registrado e integrar o patrimônio público.

21. (CESPE/TCE-RO/2013) O patrimônio público compõe-se de ativo, passivo e saldo patrimonial, de modo que, no setor público, o saldo patrimonial não se diferencia do patrimônio líquido, considerado na contabilidade empresarial.

22. (CESPE/TCE-RO/2013) Um ativo deve ser reconhecido no patrimônio público quando for provável que dele sejam gerados benefícios futuros para a entidade, ainda que as variações patrimoniais decorrentes do seu uso nem sempre representam benefícios para a entidade.

23. (CESPE/ABIN/2010) Para a classificação dos elementos patrimoniais, é necessário considerar seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

24. (CESPE/FUB/2013) A propriedade é uma característica indispensável para que um elemento patrimonial com potencialidade de gerar benefícios econômicos futuros para uma entidade seja considerado um ativo pela contabilidade.

25. (CESPE/SESA-ES/2011) Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, o contador deve considerar a essência, em detrimento da forma.

26. (CESPE/MPE-PI/2012) A possibilidade de ocorrência de um evento futuro que afete negativamente o patrimônio de uma entidade deve ser registrado como um passivo dessa entidade.

27. (CESPE/SESA-ES/2011) Se uma entidade pública tem uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, de cujo pagamento se espera que resulte saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, tal obrigação deve ser enquadrada como um passivo da entidade.

28. (CESPE/STM/2010) Para se reconhecer um passivo na estrutura patrimonial de uma entidade pública, deve-se atender a requisitos específicos. Assim, um passivo será reconhecido quando for provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e quando o valor pelo qual essa liquidação ocorrerá puder ser determinado em bases confiáveis.

29. (CESPE/STM/2010) Patrimônio líquido é o conjunto de recursos controlados e utilizados pela entidade, fruto de suas transações passadas e cujo objetivo é a geração de benefícios futuros.

30. (CESPE/TCE-RO/2013) Na contabilidade governamental, o ativo classifica-se em circulante e não circulante, o que não impede a aplicação do previsto na Lei n. 4.320/1964, que divide o ativo em financeiro e permanente, para a elaboração do balanço patrimonial.



31. (CESPE/ABIN2010) Os passivos devem ser classificados como circulantes quando, correspondendo a valores de terceiros ou retenções em nome deles, a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

32. (CESPE/MPU/2015)

- I concessão de suprimento de fundos, ainda pendente de prestação de contas;
- II registro de provisões inerentes a compromissos de cunho atuarial;
- III baixa de equipamento considerado inservível;
- IV depreciação, no período, de bens móveis de uso.

Considerando que os eventos contábeis apresentados tenham sido registrados no âmbito da contabilidade do MPU durante o exercício de 2014, julgue o item que se segue.

O evento IV representa uma variação patrimonial qualitativa, mas não quantitativa: há redução do patrimônio líquido concomitante à inclusão da conta redutora no ativo.

33. (CESPE/FUB/2015) Considere que as seguintes transações tenham sido registradas pela área de contabilidade da UnB, durante o exercício de 2014.

- I. Compra de um veículo à vista, com entrega imediata do bem.
- II. Pagamento de obrigações decorrentes de restos a pagar inscritos em 2013.
- III. Recebimento de depósitos de terceiros passíveis de devolução.
- IV. Recebimento de bem em doação.

Com base nas informações acima, julgue o próximo item.

Ao efetuar o registro do evento III, o resultado patrimonial da UnB não foi afetado, pois essa transação representou apenas uma variação patrimonial qualitativa.

34. (CESPE/FUB/2015) Considere que as seguintes transações tenham sido registradas pela área de contabilidade da UnB, durante o exercício de 2014.

- I. Compra de um veículo à vista, com entrega imediata do bem.
- II. Pagamento de obrigações decorrentes de restos a pagar inscritos em 2013.
- III. Recebimento de depósitos de terceiros passíveis de devolução.
- IV. Recebimento de bem em doação.

Com base nas informações acima, julgue o próximo item.

No evento II foi configurada uma variação patrimonial quantitativa diminutiva visto que, no momento do pagamento da obrigação, houve redução de valor na conta de caixa e equivalente de caixa da UnB.

35. (CESPE/CGE-PI/2015) Suponha que as seguintes transações governamentais tenham sido registradas em uma entidade governamental durante determinado exercício financeiro já encerrado:

- aprovação da LOA no valor de R\$ 100.000,00, sendo 60% na categoria econômica corrente e 40% na categoria econômica de capital;
- lançamento, ao longo do referido exercício, de R\$ 50.000,00 de impostos, sendo arrecadados 80% desse valor;



► ingresso de depósitos de terceiros passíveis de devolução.

Considerando essas transações, julgue o item subsequente, relativo ao regime e ao tratamento contábil aplicável aos impostos.

No momento da arrecadação dos impostos, será registrada uma variação patrimonial aumentativa no valor de R\$ 40.000,00.

36. (CESPE/CGE-PI/2015) Considere que as seguintes transações governamentais tenham sido contabilmente registradas no âmbito da CGE/PI durante o exercício financeiro de 2013:

I recebimento de bem imóvel em doação;

II baixa de máquinas e equipamentos considerados inservíveis;

III pagamento de folha de pessoal empenhada e liquidada no mês anterior;

IV compra de veículo zero quilômetro à vista, para uso nas atividades administrativas;

V registro da depreciação mensal dos móveis e utensílios no ativo imobilizado.

A partir dos registros contábeis apresentados, julgue o próximo item, acerca das variações patrimoniais e das transações no setor público.

As transações I e II decorrem, respectivamente, de operações que aumentam e diminuem o patrimônio líquido da CGE/PI, por isso devem ser registradas como variações patrimoniais quantitativas.

37. (CESPE/CGE-PI/2015) Considere que as seguintes transações governamentais tenham sido contabilmente registradas no âmbito da CGE/PI durante o exercício financeiro de 2013:

I recebimento de bem imóvel em doação;

II baixa de máquinas e equipamentos considerados inservíveis;

III pagamento de folha de pessoal empenhada e liquidada no mês anterior;

IV compra de veículo zero quilômetro à vista, para uso nas atividades administrativas;

V registro da depreciação mensal dos móveis e utensílios no ativo imobilizado.

A partir dos registros contábeis apresentados, julgue o próximo item, acerca das variações patrimoniais e das transações no setor público.

A transação V deve ser registrada como uma variação patrimonial qualitativa, visto que ela representa uma variação independente da execução orçamentária.

38. (CESPE/CGE-PI/2015) Considere que as seguintes transações governamentais tenham sido contabilmente registradas no âmbito da CGE/PI durante o exercício financeiro de 2013:

I recebimento de bem imóvel em doação;

II baixa de máquinas e equipamentos considerados inservíveis;

III pagamento de folha de pessoal empenhada e liquidada no mês anterior;

IV compra de veículo zero quilômetro à vista, para uso nas atividades administrativas;

V registro da depreciação mensal dos móveis e utensílios no ativo imobilizado.



A partir dos registros contábeis apresentados, julgue o próximo item, acerca das variações patrimoniais e das transações no setor público.

Mesmo modificando apenas a composição específica dos elementos patrimoniais, sem alterar a situação líquida patrimonial da CGE/PI, a transação IV deve ser registrada contabilmente como variação patrimonial.

39. (CESPE/CGE-PI/2015) Considere que as seguintes transações governamentais tenham sido contabilmente registradas no âmbito da CGE/PI durante o exercício financeiro de 2013:

- I recebimento de bem imóvel em doação;
- II baixa de máquinas e equipamentos considerados inservíveis;
- III pagamento de folha de pessoal empenhada e liquidada no mês anterior;
- IV compra de veículo zero quilômetro à vista, para uso nas atividades administrativas;
- V registro da depreciação mensal dos móveis e utensílios no ativo imobilizado.

A partir dos registros contábeis apresentados, julgue o próximo item, acerca das variações patrimoniais e das transações no setor público.

Na transação III, verifica-se que a situação líquida patrimonial será negativamente afetada, o que representa uma variação patrimonial diminutiva.

40. (CESPE/MPU/2015) Os seguintes eventos contábeis foram registrados no primeiro exercício financeiro encerrado de determinada entidade governamental.

Previsão da receita orçamentária e fixação da despesa orçamentária, no valor de R\$ 160.000,00 cada;

Lançamento de impostos no valor de R\$ 100.000,00, sendo arrecadados 80% desse valor;

Recebimento de imóvel em doação no valor de R\$ 60.000,00;

Empenho e liquidação de despesas de pessoal no valor de R\$ 75.000,00, sendo R\$ 50.000,00 pagos no exercício e R\$ 25.000,00 inscritos em restos a pagar.

A partir dessa situação, julgue o item a seguir relativo à estrutura e às instruções de preenchimento das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

Como se trata de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa, o imóvel recebido em doação afeta positivamente a apuração do resultado patrimonial do exercício apresentado na demonstração das variações patrimoniais em R\$ 60.000,00.

41. (CESPE/MPU/2015)

I concessão de suprimento de fundos, ainda pendente de prestação de contas;

II registro de provisões inerentes a compromissos de cunho atuarial;

III baixa de equipamento considerado inservível;

IV depreciação, no período, de bens móveis de uso.

Considerando que os eventos contábeis apresentados tenham sido registrados no âmbito da contabilidade do MPU durante o exercício de 2014, julgue o item que se segue.

O evento III, extraorçamentário, não deve ser registrado como variação patrimonial.

42. (CESPE/MPU/2015)



- I concessão de suprimento de fundos, ainda pendente de prestação de contas;
- II registro de provisões inerentes a compromissos de cunho atuarial;
- III baixa de equipamento considerado inservível;
- IV depreciação, no período, de bens móveis de uso.

Considerando que os eventos contábeis apresentados tenham sido registrados no âmbito da contabilidade do MPU durante o exercício de 2014, julgue o item que se segue.

Os eventos I e II devem ser registrados como variação patrimonial quantitativa diminutiva: ambos caracterizam despesas do MPU sob o enfoque patrimonial.

43. (CESPE/MPU/2015)

- I concessão de suprimento de fundos, ainda pendente de prestação de contas;
- II registro de provisões inerentes a compromissos de cunho atuarial;
- III baixa de equipamento considerado inservível;
- IV depreciação, no período, de bens móveis de uso.

Considerando que os eventos contábeis apresentados tenham sido registrados no âmbito da contabilidade do MPU durante o exercício de 2014, julgue o item que se segue.

O evento IV representa uma variação patrimonial qualitativa, mas não quantitativa: há redução do patrimônio líquido concomitante à inclusão da conta redutora no ativo.



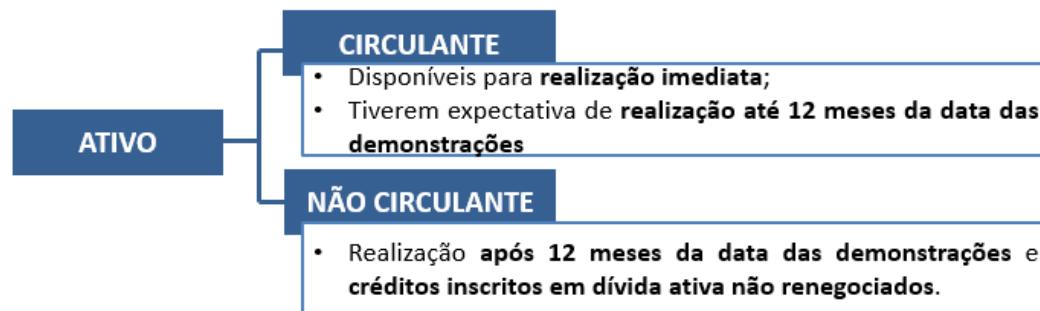
5. RESUMO

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

O patrimônio público é estruturado em três grupos:

- **ATIVOS**: é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
- **PASSIVO**: é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
- **SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA** é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial [balanço patrimonial] como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante residual positivo ou negativo.

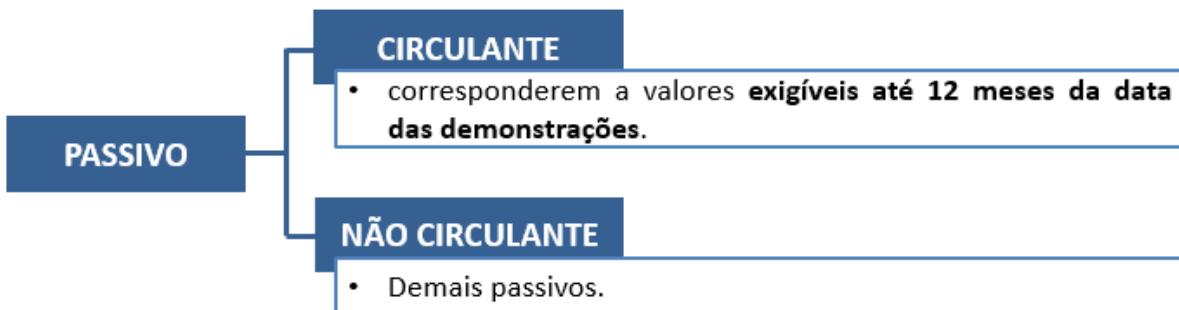
CLASSIFICAÇÃO DO ATIVO



RECONHECIMENTO DO ATIVO

- Um ativo deve ser reconhecido no patrimônio público quando **for provável que benefícios futuros dele provenientes fluirão** para a entidade e seu **custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis**.
- Também são reconhecidos no ativo os depósitos caracterizados como entradas compensatórias² no ativo e no passivo financeiro. Exemplos: cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos.

CLASSIFICAÇÃO DO PASSIVO

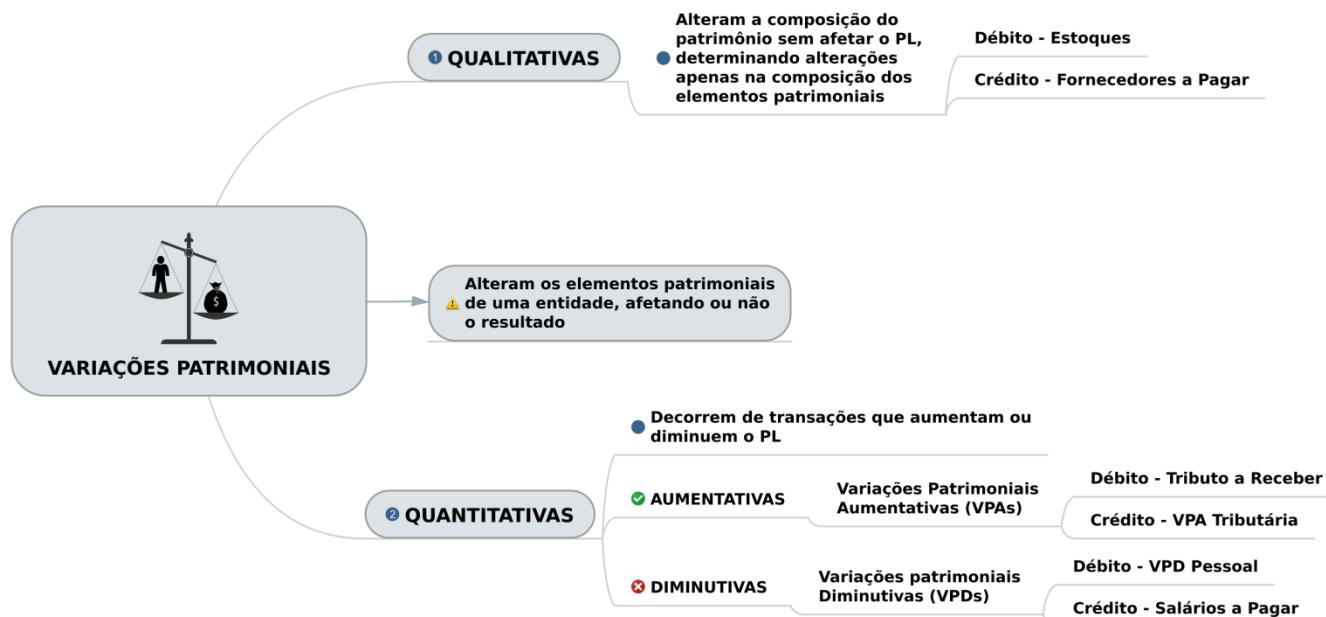


RECONHECIMENTO DO PASSIVO



- Um passivo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará possa ser determinado em bases confiáveis.
- Também são reconhecidos no passivo, pois se caracterizam como obrigações para com terceiros, os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro. Exemplos: cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos.

VARIACÕES PATRIMONIAIS



CLASSIFICAÇÃO DAS VARIACÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

QUANTO À DEPENDÊNCIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

VPA RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

São receitas orçamentárias efetivas arrecadadas, de propriedade do ente, que resultam em aumento do patrimônio líquido.

Exemplo: receita (VPA) de tributos.

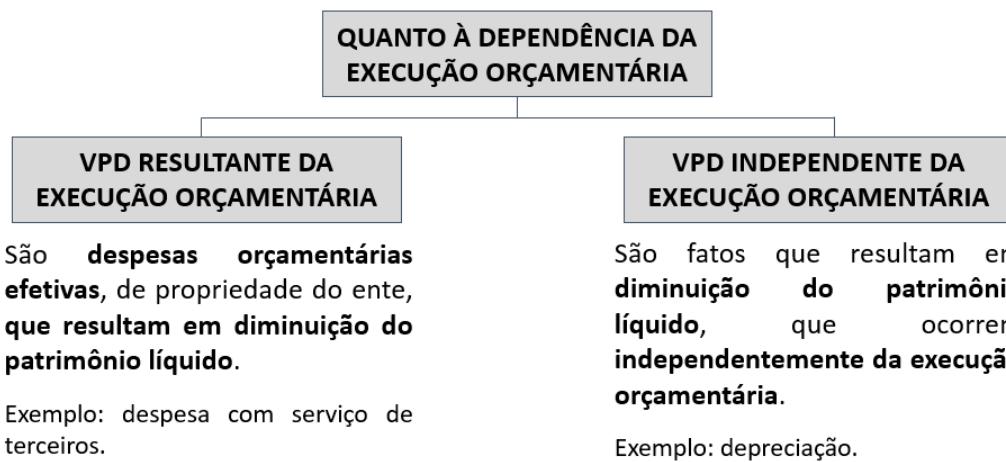
VPA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

São fatos que resultam em aumento do patrimônio líquido, que ocorrem independentemente da execução orçamentária.

Exemplo: incorporação de bens (doações recebidas).

CLASSIFICAÇÃO DAS VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS





RECONHECIMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

■ Considera-se realizada a **variação patrimonial aumentativa (VPA)**:

- nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados;
- quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
- pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;
- no recebimento efetivo de doações e subvenções.

■ Considera-se realizada a **variação patrimonial diminutiva (VPD)**:

- quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;
- diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
- pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.



6. GABARITO



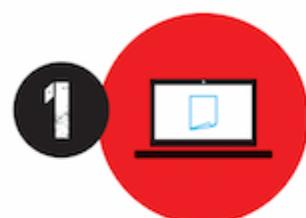
GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.
E	C	C	B	C	E	E	E	E	E	C
12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.	21.	22.
C	E	C	E	C	E	E	C	C	C	C
23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.	31.	32.	33.
C	E	C	E	C	C	E	C	C	E	C
34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.	41.	42.	43.	
E	E	C	E	C	E	C	E	E	E	



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.